

SUMÁRIO

LISTA DE SIGLAS.....	13
PREFÁCIO	
José Adércio Leite Sampaio	15
INTRODUÇÃO.....	23
CAPÍTULO 1	
PODER DE CONCRETIZAÇÃO NORMATIVA REGULAMENTAR DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA BRASILEIRA	27
1.1 Ato administrativo regulamentar e as repercussões da Emenda Constitucional nº 32/2001 (poder regulamentar autônomo no Brasil?)....	27
1.2 O poder regulamentar autônomo no ordenamento francês.....	36
1.3 Concretização normativa direta e indireta da Constituição da República de 1988 em nível regulamentar	38
1.4 Da legalidade formal à vinculação da Administração Pública ao princípio da juridicidade	43
CAPÍTULO 2	
CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA COMO ÓRGÃO CONSTITUCIONAL.....	47
2.1 Natureza e funções	47
2.2 Legitimidade	50
CAPÍTULO 3	
COMPETÊNCIA REGULAMENTAR DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA.....	55
3.1 Fundamento e natureza da competência regulamentar do Conselho Nacional de Justiça	55
3.2 Os limites das resoluções do Conselho Nacional de Justiça.....	56
3.2.1 As Resoluções nº 3, de 16 de agosto de 2005, nº 24, de 24 de outubro de 2006, e nº 28, de 18 de dezembro de 2006	57
3.2.2 A Resolução nº 6, de 13 de setembro de 2005, e a sua revogação pela Resolução nº 106, de 06 de abril de 2010.....	58
3.2.3 A Resolução nº 7, de 18 de outubro de 2005, e a ADCMC nº 12-DF.....	59
3.2.4 A Resolução nº 8, de 29 de novembro de 2005	67
3.2.5 A Resolução nº 11, de 31 de janeiro de 2006, e a sua revogação pela Resolução nº 75, de 12 de maio de 2009	67
3.2.6 As resoluções nº 13, de 21 de março de 2006, e nº 14, de 21 de março de 2006.....	69
3.2.7 A Resolução nº 59, de 09 de setembro de 2008	73



CAPÍTULO 4

PODER REGULAMENTAR DE CONSELHOS DA MAGISTRATURA NO DIREITO COMPARADO	77
4.1 Natureza, competência e limites do poder regulamentar do <i>Consejo General del Poder Judicial</i>	80
4.2 Natureza, competência e limites do poder regulamentar do <i>Consiglio Superiore della Magistratura</i>	88
4.3 Natureza, competência e limites do poder regulamentar do <i>Conselho Superior da Magistratura</i>	94
4.4 A inexistência do poder regulamentar do <i>Conseil Supérieur de la Magistrature</i>	96
4.5 Natureza, competência e limites do poder regulamentar do <i>Consejo de la Magistratura</i>	98
CONCLUSÃO	105
REFERÊNCIAS	109
ANEXOS – RESOLUÇÕES DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA ANALISADAS	
Resolução nº 3, de 16 de Agosto de 2005.....	123
Resolução nº 6, de 13 de Setembro de 2005.....	125
Resolução nº 7, de 18 de Outubro de 2005 (Alterada pelas Resoluções nº 9/2005 e nº 21/2006).....	127
Resolução nº 08, de 29 de Novembro de 2005	129
Resolução nº 11, de 31 de Janeiro de 2006 (Revogada pela Resolução nº 75/2009).....	131
Resolução nº 13, de 21 de Março de 2006 (Alterada pelas Resoluções nºs 27/2006 e 42/2007).....	133
Resolução nº 14, de 21 de Março de 2006 (Alterada pela Resolução nº 42/2007).....	137
Resolução nº 24, de 24 de Outubro de 2006	139
Resolução nº 28, de 18 de Dezembro de 2006	141
Resolução nº 59 de 09 de Setembro de 2008 (Alterada pela Resolução nº 84/2009).....	143
Resolução nº 75, de 12 de Maio de 2009	147
Resolução nº 106, de 6 de Abril de 2010	165
ÍNDICE DE ASSUNTOS	169
ÍNDICE DA LEGISLAÇÃO	171
ÍNDICE ONOMÁSTICO	175

